

# 005

## GESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

SESSÕES TEMÁTICAS



## EDUCAÇÃO E TERCEIRA IDADE: NOVOS CONTORNOS E EXTERNALIDADES

Cibele Ribeiro Pereira (UFRB)<sup>1</sup>  
Adelcio Menezes de Sousa (UFRB)<sup>2</sup>  
Susana Couto Pimentel (UFRB)<sup>3</sup>

### RESUMO

Com a ampliação da expectativa de vida, estima-se que nos próximos 50 anos o número de pessoas com mais de 60 anos supere a população de até 15 anos. Esse fenômeno agrega um processo de vultosa transformação na sociedade. Diante disso, neste trabalho objetivamos analisar a relevância da educação permanente para a terceira idade, destacando a educação como uma possibilidade de inclusão social que contribui para que os idosos acompanhem as constantes evoluções sociais, mantendo-se ativos e participativos na sociedade. Para isso utilizou-se a pesquisa bibliográfica como forma de buscar referências para discussão desta temática. Assim, destacam-se neste trabalho as políticas públicas voltadas à terceira idade, a exemplo dos programas Universidade Aberta à Terceira Idade – UATI que se constituem numa importante política institucional de instituições de Ensino Superior voltada para esse segmento da população.

Palavras-chave: Educação, Terceira Idade e UATI.

### ABSTRACT

With the increase in life expectancy, it is estimated that in the next 50 years the number of people over 60 will exceed the population of up to 15 years. This phenomenon adds a process of great transformation in society. Therefore, in this work we object to analyze the relevance of permanent education for the elderly, highlighting education as a possibility of social inclusion that contributes to the elderly to follow the constant social evolution, remaining active and participatory in society. For this, bibliographical research was used as a way of searching for references to discuss this topic. Thus, we highlight the public policies for the elderly, such as the programs Open University to the Third Age that constitute an important institutional policy of institutions of higher education aimed at this segment of the population.

Key words: Education, the Elderly and UATI.

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Feira de Santana; Pós-Graduada em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional pela Faculdade de Tecnologia de Ciência; Mestranda em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

<sup>2</sup> Bacharel em Administração pela Faculdade Zacarias de Goés; Especialista em Gestão Pública pela Universidade do Estado da Bahia; Mestrando em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

<sup>3</sup> Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia no Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade. Docente do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

## INTRODUÇÃO

Com a ampliação da expectativa de vida, dados da Organização Mundial da Saúde preveem que nos próximos 50 anos o número de pessoas com mais de 60 anos supere a população de até 15 anos<sup>4</sup>. Quando combinados com quedas acentuadas nas taxas de natalidade, esse aumento na expectativa de vida leva ao rápido envelhecimento da população em todo o mundo, tratando-se, portanto, de um notável fenômeno global.

Segundo Pontarolo e Oliveira (2008), até 2025 a população idosa mundial crescerá cinco vezes e a brasileira dezesseis vezes, quando teremos mais de 34 milhões de pessoas com mais de 60 anos. O Brasil será, então, a sexta maior população idosa do mundo.

Isto posto, esse fenômeno não agrega somente uma mudança na composição etária, significa também um processo de vultosa transformação social. Diante desse cenário e dos desafios produzidos por esse novo padrão demográfico, neste trabalho objetivamos analisar a relevância da educação permanente para a terceira idade.

Com vistas ao alcance deste objetivo, utilizamos a metodologia de pesquisa bibliográfica, partindo de trabalhos já produzidos acerca desta temática, perpassando pelas externalidades da educação e chegando até as Universidades Abertas à Terceira Idade.

Para uma melhor compreensão de como a educação na terceira idade pode ser uma ação de grande relevância, faremos um breve compêndio da relação entre a educação e seus efeitos privados e sociais.

Analisando a vasta literatura sobre o efeito da educação para o desenvolvimento econômico e social de uma região, podemos perceber que se trata de um tema amplo, principalmente pela forma holística em que suas externalidades se apresentam. Ademais, a educação se traduz ainda como um imperativo universal para a garantia da cidadania.

Os impactos da educação sobre a economia não eram levados em consideração até a década de 50 do século passado. A partir de então, se constatou que, além da atribuição do capital físico à teoria do crescimento econômico, havia outra variável implícita nos modelos estudados ainda não atribuída a essa teoria: o capital humano (VIANA & LIMA, 2010).

Uma das grandes dificuldades em se avaliar os impactos de investimentos em educação advém do fato de que estes não apenas influenciam as condições de vida daqueles que se educam (efeitos privados da educação), mas também geram uma série de externalidades (efeitos sociais) sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam. Sob a perspectiva do privado, a educação tende a elevar os salários, via ampliação da qualificação pessoal e do aumento da produtividade, bem como aumentar a expectativa de vida a partir da ressignificação e da eficiência com que os recursos familiares passam a ser utilizados. Entretanto, as externalidades geradas pela educação podem, em geral, superar em grande medida os seus efeitos privados (BARROS & MENDONÇA, 1997).

Na análise de Barros, Henriques e Mendonça (2002), existe uma relação direta entre o desenvolvimento econômico e o processo de expansão educacional. Estes autores salientam que, por um lado, a expansão educacional aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico e que, por outro, a expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social, na medida em que a condição de “ativo não-transferível” faz da educação um ativo de distribuição mais fácil do que a maioria dos ativos físicos.

Compreendendo esse processo, Amorim e Neto (2012, p. 02) reiteram:

Moreti (2004) argumenta que níveis mais altos de educação estão associados a altas taxas de produtividade, não só de quem a adquiriu, mas de seus companheiros de trabalho. Os processos de participação ativa na construção da cidadania estão correlacionados com níveis de instrução (Dee, 2004; Milligan, Moretti e Oreopoulos, 2004). Níveis mais elevados em educação estão associados a uma menor incidência criminal e corruptiva (Lochner e Moretti, 2004). A democratização ao acesso a educação está associada à maior salubridade da população, que por sua vez está correlacionada à menor custo em assistência média e social por parte do Estado (Currie e Moretti, 2003). Níveis mais altos de educação para os pais refletem, necessariamente, maior índice de educação para os filhos. Todas essas constatações e outras que não abordamos no momento, resultam em salários mais altos com retornos públicos e privados assegurados. O investimento em capital humano torna-se imprescindível para o crescimento econômico de qualquer Estado.

<sup>4</sup> Dados do Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde de 2015 da Organização Mundial da Saúde.

Complementando esse viés, Filho e Pessôa (2010) apontam que a educação, com todas as suas externalidades, pode aumentar a proximidade entre as pessoas, facilitar a comunicação e aumentar a consciência política (melhorando a democracia), provando que os benefícios podem fazer com que a taxa de retorno social da educação supere a taxa de retorno privado.

Nesse ensejo, aferimos a magnitude e o caráter sistêmico da educação como um dos instrumentos fundamentais para a promoção do desenvolvimento social. Diante dessas considerações, teremos como foco deste estudo a educação na terceira idade, seus benefícios e relevância, sobretudo, frente ao acelerado envelhecimento da população. Para tanto faremos uma análise acerca da composição etária no Brasil e no mundo.

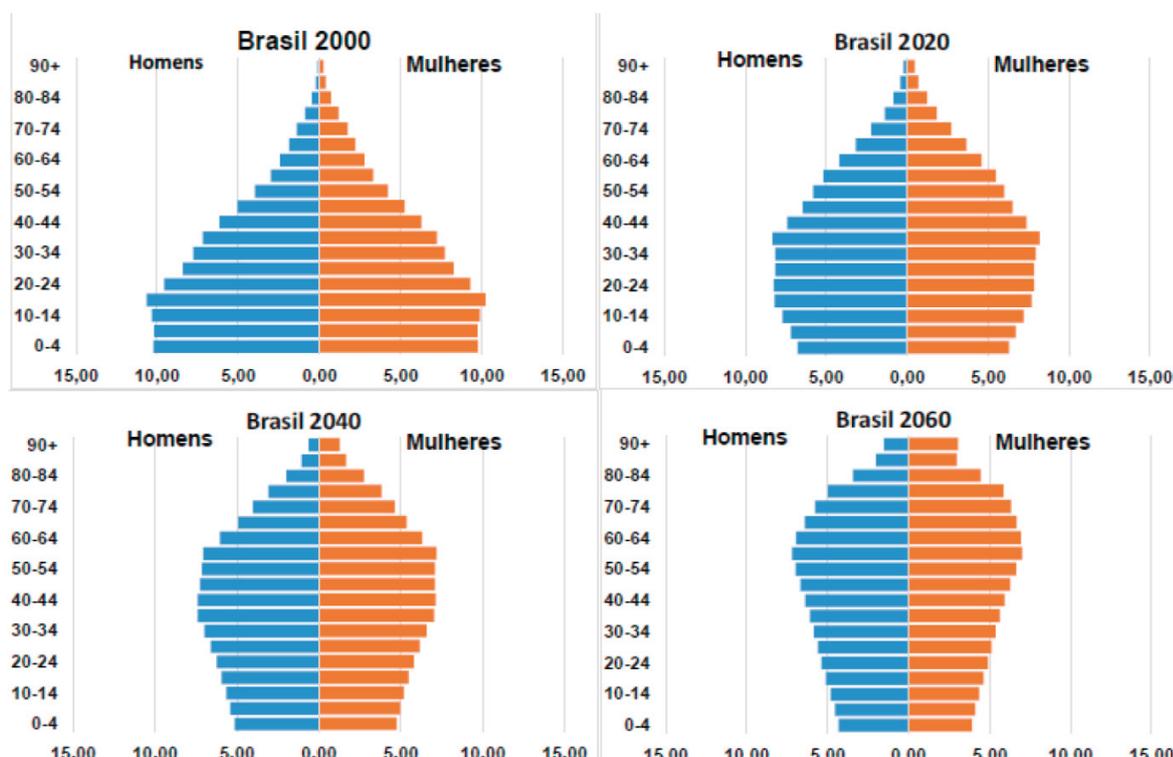
Para a OMS,

...o envelhecimento da população é um fenômeno global que exige ação local, regional, nacional e internacional. Em um mundo cada vez mais interligado, a omissão para lidar, de um modo sensato e em qualquer parte do mundo, com o imperativo demográfico [...] terá consequências políticas e socioeconômicas em todos os lugares (WHO, 2005, p.45).

Intensas transformações demográficas, econômicas, sociais e políticas vêm ocorrendo no Brasil nas últimas décadas. No âmbito demográfico, essas mudanças se relacionam com o ritmo de crescimento da população e de alterações na estrutura etária da população, produto da acentuada queda da fecundidade e do aumento da longevidade brasileira (FLORES, 2015).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013), elaborou um estudo sobre as perspectivas demográficas para o período 2010-2060 (Gráfico 1). Para realizar essas projeções foi levada em consideração a variação do tamanho da população e de sua distribuição por idade, além de componentes demográficos como fecundidade, mortalidade e migração (IBGE, 2013).

Gráfico 1  
Pirâmides Etárias  
Brasil 2000, 2020, 2040 e 2060



Fonte: IBGE – Projeção da População do Brasil - 2013

As pirâmides de população (Gráfico 1), fornecem um horizonte das mudanças na estrutura etária, nos próximos anos, da população brasileira. Nota-se que a forma piramidal da estrutura etária, vai rapidamente consolidando uma população envelhecida, assemelhando-se com uma estrutura retangular da população por idade, onde cada vez mais vai se alongando o topo da pirâmide, enquanto que a base vai se estreitando acentuadamente (FLORES, 2015).

Diante desse cenário e dos desafios produzidos por esse novo padrão demográfico, faz-se necessário pensar e realizar ações que contemplem essa nova configuração social. Ou seja, é imprescindível reavaliar o significado do envelhecimento que, há meio século, de acordo com Netto (2001), era um assunto que se restringia à esfera privada e familiar, mas que se transformou numa questão social e política da maior importância no mundo contemporâneo. Assim, iremos para a próxima seção fazendo uma conjugação de todos estes aspectos.

## A EDUCAÇÃO PARA A TERCEIRA IDADE

Durante o século XIX, afirma Ferreira (2013), a noção envelhecimento estava fortemente associada à ideia de decadência e incapacidade para o trabalho, ideia que foi se transformando a partir da década de 60 do século passado, com a implantação de políticas sociais para essa faixa etária. Desta maneira, os termos pejorativos são suprimidos substituindo o termo “velho” por “idoso” (FERREIRA, 2013). Contudo, o termo idoso acabou apropriando-se de certa ambiguidade, confundindo-se com as denominações de inativo ou aposentado (TEODORO, 2006). Emerge, então, de acordo com Schmitz (2013), a expressão “Terceira Idade” que tem sua origem nos trabalhos iniciados por Pierre Velas, na cidade de Toulouse, que teve a iniciativa de criar a Universidade da Terceira Idade em 1973. O vocábulo apareceu como desenlace de uma nova representação social da velhice, não mais associada à inutilidade e improdutividade, mas a uma imagem positiva, de vitalidade e participação (SCHMITZ, 2013).

Não obstante dos termos, expressões e conceituações usuais, no Brasil, segundo o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), um indivíduo passa a ser considerado idoso a partir dos 60 anos. Para Neri (2005), o envelhecimento caracteriza-se como um processo de transformações que pode envolver decréscimos psic motores, distanciamento social, aumento da fragilidade física e emocional, além de desencadear dependência sociocultural e psicológica. Contudo, o envelhecimento não é homogêneo, uma vez que não existe apenas uma forma de envelhecer, mas processos de envelhecimento, que dependem de gênero, etnia, classe social e cultura. (TEODORO, 2006).

Via de regra, por uma questão cultural, não existe uma preparação para tornar-se idoso. Imaginar a velhice pode causar desconforto quando esta ideia remete ao antiquado ou desusado (SCORTEGAGNA, 2010). Por isso, ao se considerar uma pessoa como “velha”, pressupõe inúmeros preconceitos. Entretanto, apesar dos preconceitos que revestem a velhice, nos últimos anos, esta faixa etária começou a ser percebida de maneira distinta no campo de pesquisa, saindo, inclusive do lugar comum onde se estuda a terceira idade apenas sob o aspecto da saúde (SCORTEGAGNA, 2010).

Segundo Rodrigues (SCHONS & PALMA, 2000, p.55):

...a velhice útil e feliz não pode ser apenas um mito. Cabe à sociedade a responsabilidade de redefinir social e culturalmente o significado da velhice, possibilitando o resgate da dignidade desse grupo etário. E cada um de nós, velho ou velha, tem o compromisso de lutar por sua dignidade, por sua posição na sociedade de hoje, contando para isso com o apoio dos jovens e adultos que serão os velhos de amanhã, pois, se a sociedade inventou a velhice, devemos nós, os velhos, reinventar a sociedade.

Em outras palavras, pesquisar novas formas de desenvolver e inserir essa crescente parcela populacional, além de analisar e avaliar as ações já existentes, passou a ser pauta de grande relevância no âmbito socioeconômico. Para melhor se usufruir a velhice, é necessário dispor de mecanismos adequados, que possam garantir um mínimo de condição de qualidade de vida aos que atingem a terceira idade (NERI e CACHIONI, 1999).

Como destaca Pontarolo e Oliveira (2008), é de vital importância lançarmos um amplo olhar sobre os idosos considerando todos os aspectos para não cairmos numa análise reducionista do fenômeno do envelhecimento em que muitos estudiosos consideram apenas o aspecto biológico e se descuidam da questão da construção histórica e social da velhice.

Chancelando essas preocupações concernentes ao envelhecimento populacional, Lodovici & Silveira (2011, p. 304) trazem:

Tendo como meta responder aos novos desafios trazidos pela sociedade envelhecida destes tempos de octogenários, nonagenários, centenários, é que continuam a se preocupar os teóricos com projetos motivados e mobilizados pelas reais necessidades e exigências deste segmento de idade mais avançada que aguarda receber uma assistência cada vez mais especializada. Em suma, as demandas aí estão como desafios reais da sociedade contemporânea cuja caracterização humanística evidenciada pela demografia é a da longevidade — um fenômeno de implicações individuais, mas com complicadas e desafiadoras decorrências sociais.

Diante do exposto, espaços educativos que busquem reinserir socialmente o indivíduo na terceira idade, podem representar ferramentas para a ressignificação da velhice, fomentando uma melhoria substancial na qualidade de vida da pessoa idosa.

A expressão qualidade de vida, para Patrocínio e Pereira (2013), tem um cunho multifacetado, individual e subjetivo, que está interligado ao contexto social e histórico em que o indivíduo ou grupo está inserido. Numa ótica aristotélica, a vida com qualidade referia-se aos sentimentos relacionados à felicidade, realização e plenitude (FERREIRA, 2013). Nahas (2013, p.258) assevera que qualidade de vida é:

[...] a condição humana resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano. [...], pois é algo que envolve bem-estar, felicidade, sonhos, dignidade e cidadania”.

Entretanto, observa-se um consenso quanto a qualidade de vida do idoso no sentido de que ele seja capaz de realizar atividades básicas da vida diária, ser independente e ter autonomia, para longevidade saudável (PEIXOTO, 2015). Neri (2005) acrescenta que a referida expressão adaptada ao envelhecimento remete-se à habilidade de adaptação a perdas e a apropriação de elementos positivos nessa fase da vida. Para a OMS são fatores pertinentes à qualidade de vida do idoso: o controle de doenças, o acesso a tratamentos médicos, a preservação da alimentação saudável, a realização de exercícios físicos com regularidade, o bem-estar físico e emocional, a inserção em atividades sociais, participativas e de lazer e, principalmente, a competência funcional e a autossuficiência (WHO, 2005).

Arrematando esses conceitos, Ferreira (2013, p. 28) pontua:

Assim, sociabilidade, lazer e educação (como estratégia de socioterapia e de manutenção da “mente ativa”) fazem-se dispositivos privilegiados de intervenção junto a esta população e ganham espaço significativo na mídia para a criação e divulgação de uma “nova velhice”.

Portanto, a educação para o idoso aparece como instrumento fomentador do desenvolvimento e ampliação de suas habilidades, orando novos objetivos e traçando estratégias para alcançá-los, ou seja, pensar na possibilidade de educação é pensar em mecanismos em prol de uma velhice saudável, ativa e participativa. A educação manifesta-se, pois, como condição para permitir aos idosos acompanharem as constantes evoluções da sociedade, repudiando a segregação e o isolamento desse segmento populacional. Sendo assim, a educação, além de ser um direito social básico e elementar, representa também o caminho que vai permitir o exercício e a conquista do conjunto dos direitos e deveres da cidadania, que se ampliam a cada dia em contrapartida às necessidades do homem e da dignidade humana, em qualquer faixa etária (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2008).

Ademais, muitos profissionais nas áreas da saúde e das ciências humanas e sociais discutem a perda do valor social do idoso em função do avanço do capitalismo, que torna o idoso elemento descartável de um sistema que singulariza a capacidade produtiva em detrimento de outras dimensões do humano (VERAS & CALDAS, 2004). Neste sentido, muitos idosos incorporam em si preconceitos com relação à sua capacidade de aprender e, em paralelo a isso, está o preconceito que a sociedade incute nas pessoas, por considerar que os indivíduos nesta faixa etária não são mais produtivos, trazendo ônus ao Estado. Daí a importância de se promover uma conscientização não apenas social, mas também do idoso quanto às possibilidades frutíferas do seu acesso ao meio educacional (PONTAROLO & OLIVEIRA, 2008).

Nesse sentido, Freire (1987) elucida que a educação cumprirá seu papel através da dialética e da problematização, desvelando o mundo e transformando a realidade, ou seja, “aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se “apropriam” dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser trans-formada por eles” (FREIRE, 1987, p. 43).

Através da educação o idoso volta a desenvolver e ampliar suas habilidades, elaborar novos objetivos e traçar estratégias para alcançá-los, ou seja, pensar na possibilidade de educação para idosos é pensar em instrumentos para uma velhice saudável, ativa e participativa. Portanto, a educação, além de ser um direito social básico e elementar, representa também o caminho que vai permitir o exercício e a conquista do conjunto dos direitos e deveres da cidadania, que se ampliam a cada dia em contrapartida às necessidades do homem e da dignidade humana, em qualquer faixa etária (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2008).

Sob essa ótica e para além dos direitos sociais contemplados na Constituição Federal de 1988, em 1996 é regulamentada a Política Nacional do Idoso, instituída pela Lei n. 8.842/94. Essa política é norteada por cinco preceitos que colocam a família, a sociedade e o Estado no mesmo patamar de responsabilidades de assegurar ao idoso a cidadania, e o combate a toda forma de discriminação; além de trazer à tona a questão sobre o processo de envelhecimento que deve ser objetivo de conhecimento e informação para todos, observando as diferenças econômicas, sociais, regionais e as contradições do meio rural e o urbano na aplicação da referida lei (SILVA, 2008).

Na década seguinte surge outra grande referência que estabelece prioridade absoluta às demandas da terceira idade, introduzindo novos direitos, com normas protetivas e designando as ferramentas para essa proteção e fiscalização: O Estatuto do Idoso, instituído pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. O Art. 2º do Estatuto do Idoso diz:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, **para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.** (grifo da autora) (BRASIL, 2003).

Logo, o direito à segurança social, ou seja, à segurança do cidadão ao longo de sua existência, como parte integrante de uma sociedade, é um direito garantido na Constituição Federal, ratificado pela Política Nacional do Idoso e pelo Estatuto do Idoso. Isto posto, é de suma importância autenticar a pertinência da educação e da inclusão social, em especial no que tange à terceira idade, e na consequente estruturação de uma consciência cidadã.

A educação se constitui como um processo elementar nas diferentes sociedades, assumindo características próprias, ideais e objetivos segundo o espaço e tempo, tal como as estruturas políticas e sociais. A educação deve desenvolver o sujeito como um todo, permitindo que este esteja integrado à sociedade, com uma participação ativa e consciente. Deste modo, a educação voltada para o segmento idoso deve revestir-se de uma ação consciente e que de fato atinja seus objetivos para este grupo, o qual necessita de metodologias, materiais e enfoques específicos (SCORTEGAGNA, 2010).

Colaborando com esta análise, Mariúza Peloso Lima (2000) reitera:

Assim, como a reforma de meu pensamento, gerada pelos estudos, possibilitou-me traçar novas metas de vida, acredito que a educação permanente também criará estas possibilidades para o idoso que voltar a estudar, exercitar-se num processo de reflexão através de um currículo intencionado para que isto aconteça. Refletir sobre sua inserção no mundo, despertar e ampliar suas potencialidades, traçar novos caminhos, novos projetos, dando assim, um efetivo sentido à sua vida. (LIMA, 2000, p. 15).

Como forma de potencializar essa educação permanente surge a Gerontologia Educacional, ramificação da gerontologia<sup>5</sup>, como um campo interdisciplinar que se desenvolve no âmbito da educação de idosos, da formação de recursos humanos para lidar com a velhice, e na mudança das perspectivas das sociedades em relação aos idosos e ao envelhecimento (CACHIONI, 2008). A referida disciplina desenha-se como um instrumento metodológico de orientação e viabilização no processo de intervenção social voltado à socialização dos idosos. Em vista disso, Romans, Petrus e Trilla (2003), salientam a importância da Gerontologia Educacional na aquisição de novas habilidades e aprendizagens, principalmente quando as pessoas idosas não estão adaptadas ao meio educativo atual.

Lima (2000) complementa que essa proposta pedagógica para os idosos deverá ser construída pela ação que dá significado às coisas, isto é, num primeiro momento esta ação realiza os desejos e atende as necessidades dos idosos e, num segundo momento, assimila os conhecimentos e atinge um novo patamar, ampliando sua visão de mundo, e suas possibilidades de inserção. A autora afirma ainda que:

O mecanismo da gerontologia educacional requer uma pedagogia específica para garantir a reforma do pensamento: é necessário diferenciar o ensino, possibilitando que cada idoso aprendiz vivencie tão frequentemente quanto possível, situações fecundas de aprendizagens, para conseguir que eles tenham acesso a essa cultura e dela se apropriem, colocando – os diante de situações ótimas de aprendizagem; para que os idosos desenvolvam pensamentos não só para sobreviverem, mas, sobretudo, para conquistar, com autonomia, melhor qualidade de vida. (LIMA, 2000, p.143).

Assim, na perspectiva da gerontologia educacional e diante da emergente necessidade de políticas públicas voltadas à terceira idade, enquadram-se os programas de Universidade Aberta à Terceira Idade (NERI e CACHIONI, 1999), tema ao qual dedicaremos o subitem a seguir.

<sup>5</sup> A palavra gerontologia origina-se do grego: gero (velho) e logia (estudo, conhecimento) (PONTAROLO & OLIVEIRA, 2008). A gerontologia é a ciência que estuda o processo de envelhecimento em suas mais diversas dimensões, e se constitui, na prática, na ótica atual, em uma especialidade de diferentes profissões. A gerontologia é multidisciplinar, pois reúne conceitos teóricos provenientes de diferentes disciplinas, em torno de seu objeto de estudo. É interdisciplinar em função da complexidade do fenômeno da velhice que exige não apenas a união de conhecimentos existentes em diversas disciplinas, mas também a construção de um novo corpo de conhecimento científico que orienta a sua prática. Assim, podemos dizer que a gerontologia é uma disciplina transversal, porque ela não pode ser explicada sob a ótica de um ramo específico de ciência (PAVARINI, 2005).

## UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

Ações voltadas à inserção de idosos em espaços educativos que promovam a integração e uma educação de qualidade precisam ser pensadas e colocadas em prática. Nesse sentido, o desenvolvimento de políticas públicas para a pessoa idosa tem sido destaque na agenda de organizações internacionais com relação à proposição de diretrizes para implantar programas sociais e assistenciais para atender às necessidades emergentes desse grupo populacional (FERNANDES & SOARES, 2012).

Surgem, neste contexto, as Universidades Abertas à Terceira Idade - UATI, que se constituem como uma nova opção de participação e ressignificação do idoso, utilizando as possibilidades existentes nas universidades. A UATI é, portanto, uma ferramenta de educação para idosos que proporciona uma maior qualidade de vida, estimula a apreensão de novos conhecimentos e habilidades, mantendo e requalificando a independência dos idosos, além de reinserir socialmente esses indivíduos.

Oliveira e Scortegagna (2016, p. 04) trazem que:

Além de políticas públicas gerais para o idoso, existe um recorte que faz referência ao direito da educação e este, como qualquer outro direito, deve ser respeitado. No ordenamento jurídico, não existe uma política educacional para o idoso, mas políticas públicas que apresentam, no decorrer de seu texto, prescrições à educação. Não existe um modelo de educação para a terceira idade, nem diretrizes curriculares ou qualquer outra legislação que norteie a educação especificamente para esta faixa etária, entretanto conforme prescreve o Estatuto do Idoso, no que se refere à educação, o governo deve apoiar a criação das Universidades Abertas para a Terceira Idade (UATI).

De modo geral, as UATI tem objetivo de integrar a pessoa idosa na comunidade acadêmica, conscientizando-a da importância de seu papel na sociedade, além de promover o incentivo ao conhecimento em alguma área de seu interesse. Ademais, esse tipo de programa busca promover a educação continuada e o bem estar físico e mental.

Oliveira e Oliveira (2008, p. 09) trazem que:

A UATI fundamenta-se na concepção de educação permanente e auto realização do idoso. Estrutura-se com abordagem multidisciplinar, priorizando o processo de valorização humana e social da terceira idade, analisando constantemente a problemática do idoso nos diversos aspectos; biopsicológicos, filosóficos, político, espiritual, religioso, econômico e sociocultural. Preocupa-se em proporcionar ao idoso melhor qualidade de vida, tornando-o mais ativo, alegre, participativo e integrado à sociedade. Possibilita a aquisição de conhecimentos e informações em diferentes áreas apoiada na educação permanente.

Veras e Caldas (2004) relatam que primeira UATI surgiu no final da década de 1960, na França, como um espaço para atividades culturais e sociabilidade, com o objetivo de ocupar o tempo livre e favorecer as relações sociais.

No Brasil, segundo informações de Lima (1999, apud Veras e Caldas, 2004), a UATI da Universidade Federal de Santa Catarina iniciou suas atividades em 1983, a partir da criação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade. Em 1990, em parceria com o SESC, a PUC de Campinas criou a Universidade da Terceira Idade da PUC/Campinas, a primeira a ser divulgada na mídia em caráter nacional. A partir daí, várias UATI foram criadas no Brasil.

Para ilustrar este estudo, podemos citar o exemplo da UATI da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, fundada em 1992 seguindo uma tendência mundial. A UATI/UEFS atende a mais de 900 idosos e tem como principais objetivos estimular a promoção da saúde, a socialização dos saberes, a prática de esportes, as relações sociais, o lazer, a arte, a cultura, a inclusão digital, a reinserção no setor produtivo, a reintegração sócio-comunitária, o fortalecimento dos vínculos familiares, o equilíbrio psicossomático, a preparação para a Terceira Idade e a educação permanente (UEFS, 2017).

Nessa perspectiva, o programa pretende colaborar com a formação de espaços multiplicadores e realização ações interativas, educativas e qualificadas, que privilegiem o indivíduo no seu processo de envelhecer com dignidade, contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos idosos residentes em Feira de Santana e microrregião.

Percorrendo a bibliografia acerca do tema, demonstramos também o caso da Universidade Integrada da Terceira Idade (UNITI) em Bacabal – MA, que foi o locus de estudo para a dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Administração da Fundação Pedro Leopoldo pela pesquisadora Máxima Regina Santos de Carvalho Ferreira. Neste trabalho, Ferreira (2013), analisando 59 dos 60 participantes do programa, observou que 70% dos idosos responderam que a vivência na UNITI influenciou consideravelmente para as respostas de valor positivo num questionário sobre a aferição da qualidade de vida dos mesmos.

Ainda nesse viés, Scortegagna (2016) revela em sua tese de doutorado que a maioria dos idosos participantes da sua pesquisa (cerca de 75%) ingressam nas UATI's paranaenses em busca de melhoria na qualidade de vida, seguido pela vontade de aprender mais (cerca de 65%).

Portanto, tais trabalhos demonstram como a educação se traduz em benefícios sociais, principalmente no que tange as emergentes demandas da população idosa. Isto é, mais uma vez a educação permanente se apresenta a favor da qualidade de vida e da ressignificação da velhice.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visitando a bibliografia acerca do estudo aqui proposto, pudemos constatar que de fato as externalidades positivas da educação, traduzidas em efeitos/benefícios sociais, são significativas e reais.

Dentro desse contexto e levando em consideração as profundas mudanças na estrutura etária da população mundial e brasileira, ficou clara e relevante a educação permanente voltada à terceira idade. Para além de uma visão mais justa, igualitária e universal no que se refere aos idosos, a educação propicia uma inegável melhora na qualidade de vida e saúde desta população, possibilitando a reinserção social, o reconhecendo os novos papéis sociais que os idosos assumem com o passar dos anos, além de permitir uma reflexão sobre como a sociedade estruturada em classes sociais é organizada, e desta forma quais são os meios possíveis para que população, em especial os idosos, das classes menos abastadas tenha condições de sobrevivência e garantias de melhor qualidade de vida, dignidade e cidadania (SCORTEGAGNA, 2010).

A educação é o principal instrumento de conscientização do próprio idoso e da sociedade em relação ao desenvolvimento contínuo do ser humano. Desta maneira, a população de idosos passa a ser enxergada com menos preconceito, estigmatização e discriminação, tendo a possibilidade de ser reverenciada por sua sabedoria acumulada. Dentro deste cenário destacamos como importante ferramenta a Universidade Aberta à Terceira Idade – UATI como parte de uma política inclusiva das instituições de ensino superior no tocante a formação permanente do público da terceira idade.

Sendo assim, espera-se com este trabalho impulsionar outras pesquisas sobre a educação permanente na terceira idade, mormente por se tratar de uma ascendente demanda social.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, Paulo de Jesus; NETO, Severino J Correia. **Externalidades da Educação no Brasil: Entre o Público e o Privado**. Artigo apresentado no VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Rio de Janeiro, 2012.
- BARROS, Ricardo P; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro, 1997.
- BARROS, Ricardo P; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Pelo Fim das Décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentado no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Rio de Janeiro, 2002.
- BRASIL, LEI No 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. **Estatuto do Idoso**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm).
- CACHIONI, M. **Gerontologia educacional/ educação gerontológica**. In: Neri, A. L. (Org.). *Palavras-chave em gerontologia*, 92-94. (3ª ed.) Campinas (SP), 2008.
- FERNANDES, M. T. O & SOARES, S. M. **O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil**. Revista da Escola de Enfermagem da USP, vol.46, n°6, p.1494-1502, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46n6/29.pdf>.
- FERREIRA, Máxima Regina Santos de Carvalho. **Qualidade de vida: uma análise dos indicadores de QV sob a percepção dos idosos da Universidade Integrada da Terceira Idade**. Dissertação apresentada no programa de Mestrado Profissional em Administração Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2013.
- FILHO, Fernando H Barbosa; PESSÔA, Samuel de Abreu. **Educação e Crescimento: O que a Evidência Empírica e Teórica Mostra?** Revista Economia da ANPEC, Volume 11, n° 02, 2010. Disponível em [http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n2p265\\_303.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n2p265_303.pdf).
- FLORES, Luis Patricio Ortiz. **O Envelhecimento da População Brasileira**. Redeca, v.2, n. 1. Jan-Jun. 2015 p. 86-100.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Projeções da População do Brasil** – 2013.
- LIMA, M. A. **A gestão da experiência de envelhecer em um programa para a Terceira Idade: a UnATI/UERJ**. Textos sobre Envelhecimento 2(2):56, 1999.
- LIMA, Mariúza Pelloso. **Gerontologia educacional: Uma pedagogia específica para idosos uma nova concepção de velhice**. São Paulo: LTr, 2000. 152p.
- LODOVICI, F.M.M. & SILVEIRA, N.D.R. **Interdisciplinaridade: desafios na construção do conhecimento gerontológico**. 2011. In: Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento, 16(2), 291-306. Porto Alegre (RS). Disponível em <http://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/24814/15444>.
- NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Londrina: Midigraf, 2013.
- NERI, Anita L. **Palavra-chave em gerontologia**. Campinas: Ed. Alínea, 2005.
- NERI, A. L. & CACHIONI, M. **Velhice bem-sucedida e educação**. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (Org.). *Velhice e sociedade*. Campinas: Papyrus, 1999.
- NETTO, A. J. **Universidade aberta para a maturidade: avaliação crítica de uma avançada proposta educacional e social**. In: KACHAR, V. (Org.). *Longevidade: um novo desafio para a educação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- OLIVEIRA, Rita de Cássia; OLIVEIRA, Flávia da Silva. **Políticas Públicas, Educação e o Protagonismo dos Idosos na Universidade**. VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE - edição internacional, Curitiba-PR, 2008. Disponível em [http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/786\\_362.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/786_362.pdf).

PATROCÍNIO, W P; PEREIRA, B P C. **Efeitos da educação em saúde sobre as atitudes de idosos e sua contribuição para a educação gerontológica.** Trabalho, educação e saúde. Rio de Janeiro, v 11 n.2, p. 375-394, mai/ago 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n2/a07v11n2.pdf>.

PAVARINI, S. C. et al. **A arte de cuidar do idoso: gerontologia como profissão?** Revista Texto e Contexto – Enfermagem, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 398-402, jul./set. 2005.

PEIXOTO, Nádia. **A percepção da qualidade de vida pelos idosos da Universidade Aberta para Maturidade – UNABEM - UEMG/Passos – MG.** Dissertação apresentada à Universidade de Franca como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Promoção de Saúde, Franca, 2015.

PONTAROLO, Regina Sviech; OLIVEIRA, Rita de C da Silva. **Terceira Idade: uma breve discussão.** Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 16 (1) 115-123, jun.2008.

ROMANS, M., PETRUS, A. TRILLA, J. **Profissão educador social.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

SCHMITZ, Eduardo Danilo. **Envelhecimento, Velhice e Grupos de Terceira Idade: a perspectiva dos facilitadores do Sesc/RS.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Envelhecimento Humano da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo-RS, 2013.

SCHONS, Carme Regina & PALMA, Lucia Terezinha Saccomori. **Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre gerontologia social.** 2. ed., Passo Fundo, UPF, 2000.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa. **Políticas Públicas e a Educação para a Terceira Idade: contornos, controvérsias e possibilidades.** Dissertação do Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010. Disponível em [http://www.bicen-tede.uepg.br/tde\\_arquivos/4/TDE-2010-04-16T195045Z-347/Publico/Paola%20Andressa%20Scortegagna.pdf](http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_arquivos/4/TDE-2010-04-16T195045Z-347/Publico/Paola%20Andressa%20Scortegagna.pdf).

SCORTEGAGNA, Paola Andressa. **Emancipação política e educação: ações educacionais para o idoso nas instituições de ensino superior públicas paranaenses.** Tese de Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016. Disponível em <http://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/1197/1/Paola%20A%20Scortegagna.pdf>.

SEVERINO, Antonio J. **Filosofia da educação: construindo a cidadania.** São Paulo: FDT, 1994.

SILVA, F. D. **Políticas Públicas e Direito dos Idosos.** Examãpaku Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais da UFRR – Universidade Federal de Roraima. 2008. Disponível em <http://revista.ufr.br/examapaku/article/viewFile/1464/1058>.

TEODORO, Marcos Fernando Martins. **UNATI/UERJ: uma proposta de educação permanente para o cidadão idoso.** Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de Petrópolis: Petrópolis, 2006.

UEFS, Universidade Estadual de Feira de Santana. Disponível em [www.uefs.br](http://www.uefs.br).

VERAS, R. P. & CALDAS, P. C. **Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade.** Ciênc. saúde coletiva, vol.9, no.2, p.423-432, 2004.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferreira de. **Capital humano e crescimento econômico.** Interações, Campo Grande, v. 11, n. 2 p. 137-148, jul./dez. 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.